

# **Demonstrações Financeiras**

## **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

# **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2022

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado .....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Administradores e acionistas da

**REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 18 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better  
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC-SP034519/O



Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata  
Contador CRC-SP209240/O

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.424	1.209
Clientes	4	64	-
Outros créditos	5	-	1.538
Despesas antecipadas		2	13
Total do circulante		<u>1.490</u>	<u>2.760</u>
Não circulante			
Despesas antecipadas		-	2
Imobilizado		21	-
Propriedade para investimento	6	39.378	30.387
Total do não circulante		<u>39.399</u>	<u>30.389</u>
Total do ativo		<u>40.889</u>	<u>33.149</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	131	897
Obrigações sociais		5	56
Obrigações fiscais	8	18	6
Total do circulante		<u>154</u>	<u>959</u>
Não circulante			
Outras obrigações	9	988	988
Total do não circulante		<u>988</u>	<u>988</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	10.a	39.578	23.012
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.d	2.381	9.131
Prejuízos acumulados		(2.212)	(941)
Total do patrimônio líquido		<u>39.747</u>	<u>31.202</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>40.889</u>	<u>33.149</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Receita líquida	12	<b>612</b>	-
Custo dos aluguéis	13	<b>(434)</b>	-
Lucro bruto		<b>178</b>	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	<b>(1.380)</b>	(432)
Outras despesas		<b>(8)</b>	(3)
		<b>(1.388)</b>	(435)
Prejuízo antes do resultado financeiro		<b>(1.210)</b>	(435)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		<b>1</b>	-
Despesas financeiras		<b>(62)</b>	(7)
		<b>(61)</b>	(7)
Prejuízo do exercício		<b>(1.271)</b>	(442)
Prejuízo por ação – básico e diluído (em reais – R\$)	11	<b>(0,0321)</b>	(0,0192)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	<u>(1.271)</u>	<u>(442)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u><b>(1.271)</b></u>	<u><b>(442)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores em milhares de reais)

	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total	
	Nota	Capital subscrito				Capital à integralizar
Saldos em 31/12/2020		14.142	-	2.600	(499)	16.243
Capital social	10.a	25.436	(16.566)	(8.870)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.d	-	-	15.401	-	15.401
Prejuízo do exercício		-	-	-	(442)	(442)
Saldos em 31/12/2021		39.578	(16.566)	9.131	(941)	31.202
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.d	-	-	<b>9.816</b>	-	<b>9.816</b>
Integralização de capital social	10.a	-	<b>16.566</b>	<b>(16.566)</b>	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	<b>(1.271)</b>	<b>(1.271)</b>
Saldos em 31/12/2022		<b>39.578</b>	-	<b>2.381</b>	<b>(2.212)</b>	<b>39.747</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	<b>(1.271)</b>	(442)
Ajustes para:		
Depreciação	<b>297</b>	-
Linearização de receita de aluguel	<b>(64)</b>	-
Variações em:		
(+/-) Variação de Outros créditos	<b>1.538</b>	(1.382)
(+/-) Variação de Despesas antecipadas	<b>13</b>	26
(-/+ ) Variação de Fornecedores	<b>(766)</b>	806
(-/+ ) Variação de Obrigações sociais	<b>(51)</b>	50
(-/+ ) Variação de Obrigações fiscais	<b>13</b>	(5)
(=) Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<b>(291)</b>	(947)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(-) Aquisição de imobilizado	<b>(21)</b>	-
(-) Aquisição de propriedade para investimento	<b>(9.289)</b>	(14.025)
(=) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<b>(9.310)</b>	(14.025)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	<b>9.816</b>	15.401
(=) Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<b>9.816</b>	15.401
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>215</b>	429
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>1.209</b>	780
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b>1.424</b>	1.209
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>215</b>	429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## **1. Contexto operacional**

A REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”) foi constituída em 08 de maio de 2018, com sede na Rua Afonso de Freitas, 330, Paraíso, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A Companhia tem como objeto social: (a) a aquisição de um ou mais imóveis localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil (“Imóvel”); (b) o desenvolvimento e a construção no Imóvel de um empreendimento imobiliário com unidades autônomas residenciais e/ou comerciais, nos termos da Lei nº 4.591/64 e legislação correlata (“Empreendimentos”); (c) a administração, a locação e/ou vendas das futuras unidades autônomas residenciais e/ou comerciais do empreendimento.

Conforme alteração do Contrato Social ocorrido em setembro de 2020, foi deliberado e aprovada a alteração do Contrato Social e a Transformação do tipo jurídico de Sociedade por ações. Desta forma, a denominação social da Companhia mudou de REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários Ltda. para REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A. A Companhia manterá inalterado o seu objeto social e as quotas serão convertidas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, na proporção de 1 (uma) ação para cada quota, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

O plano de negócios consiste na locação de unidades residenciais e/ou comerciais em empreendimento localizado na cidade de São Paulo, sito Rua Afonso de Freitas, nº 330, Paraíso, CEP 04006-051. A Companhia iniciou a operação de locação de seus apartamentos em 01 de agosto de 2022, tendo encerrado o exercício de 31 de dezembro de 2022 com 34 (trinta e quatro) unidades residenciais locadas. Os contratos de locação da Companhia obedecem um único padrão, sendo este o estabelecido pela Lei do Inquilinato (lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991).

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

## **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Base de preparação--Continuação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu, por não existirem evidências de incertezas, sobre a continuidade das operações da Companhia.

A Diretoria autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 10 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

##### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### c) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.1. Base de preparação--Continuação

##### c) Uso de estimativas--Continuação

- Nota explicativa nº 6 - Propriedade para investimento: mensuração do valor justo para fins de divulgação;
- Nota explicativa nº 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

##### i) *Mensuração do valor justo*

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### 2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

## **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.2. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa.

#### **2.3. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

##### Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

## **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### **2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por redução ao valor recuperável é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

#### **2.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações de espaços temporários e para valorização. O imóvel não será ocupado pela Companhia.

A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menos a sua depreciação e qualquer provisão para perda acumuladas. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação será calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício. Os terrenos não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. A vida útil estimada pela administração de acordo com a política da Companhia é de 40 anos.

#### 2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação e qualquer provisão para perda acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

	<u>Anos</u>
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5

## **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.8. Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

#### **2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui o controle do recurso econômico, como resultado de eventos passados, e potencial de gerar benefícios econômicos futuros em favor da Companhia.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente, como resultado de um evento passado, e potencial de que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **2.10. Provisões**

As provisões e ações judiciais (trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, as provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.11. Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo no momento do desembolso financeiro, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento no resultado, a medida em que os benefícios ou prestação dos serviços forem usufruídos.

#### **2.12. Imposto de renda e contribuição social**

##### Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas obrigações acessórias com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

#### **2.13. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência.

#### **2.14. Receita de aluguel**

As receitas de aluguel são representadas substancialmente por contratos típicos de locação residencial das unidades imobiliárias que compõem o empreendimento, classificados como arrendamentos operacionais, em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional

Os contratos de locação residencial preveem reajustes anuais, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV).

## **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.15. Provisões para perdas de crédito esperadas**

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso, se tratar-se de cliente recorrente, todos os valores a receber são provisionados, vencidos e a vencer. O processo de baixa através da identificação de perda no recebimento de créditos deverá acontecer a cada 12 (doze) meses após a composição do risco de crédito.

#### **2.16. Adiantamentos para futuro aumento de capital**

Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de quotas.

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 e normas emitidas, mas ainda não vigentes

##### Novos requerimentos atualmente em vigor

<u>Data efetiva</u>	<u>Novas normas ou alterações</u>
01 de janeiro de 2022	<p>Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos referidos pronunciamentos são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como (i) Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; (ii) Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e (iii) Referências à Estrutura conceitual.</p> <p>IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade)</p> <p>IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)</p> <p>IAS 16 Property, Plant and Equipment - vendas antes do uso pretendido (equivalente ao CPC 27 - Ativo imobilizado)</p> <p>IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets - custos de cumprimento de contrato (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes)</p> <p>Exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais Ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes)</p>

A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

##### Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

<u>Data efetiva</u>	<u>Normas emitidas, mas não vigentes</u>
01 de janeiro de 2023	Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
01 de janeiro de 2023	Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
01 de janeiro de 2023	Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
01 de janeiro de 2023	Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos	<u>1.424</u>	1.209
	<u>1.424</u>	<u>1.209</u>

Com base na política interna da Companhia, os recursos em Caixa e equivalentes de caixa, deverão permanecer sempre com alta liquidez, estando então sempre disponíveis para utilização nas atividades da Companhia, bem como para pagamento de obrigações de curto prazo.

### 4. Clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Linearização de aluguéis (i)	64	-
	<u>64</u>	<u>-</u>

i) Foi realizado o cálculo de linearização dos descontos concedidos, nos termos dos contratos firmados com os inquilinos. O valor do desconto foi reservado em créditos à receber, tendo seu reconhecimento em base mensal, de modo que ao fim do contrato, não haverá valores a receber e o valor integral da receita terá sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía saldo de clientes em aberto a vencer ou em atraso. O aluguel faturado referente ao mês de dezembro teve o vencimento e foi recebido em sua totalidade dentro do próprio mês.

A Companhia aluga sua propriedade para investimento, composta por unidades de apartamentos para fins residenciais, única e exclusivamente para locação, com prazo de vigência de 30 meses, com opção de renovação após esse período.

Os aluguéis futuros a faturar no final do exercício são apresentados conforme abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2023	1.519	-
2024	1.723	-
2025	474	-
	<u>3.716</u>	<u>-</u>

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 5. Outros créditos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento a fornecedores (i)	-	1.537
Impostos a recuperar	-	1
	<u>-</u>	<u>1.538</u>

- (i) Adiantamento a fornecedores referia-se a pagamentos realizados a fornecedores de bens e/ou serviços relacionados às obras na propriedade para investimento. Esses valores foram adiantados aos fornecedores e conforme a prestação dos serviços/entrega dos bens, e consequente envio das notas fiscais, tais valores foram apropriados na rubrica "Propriedade para Investimento", uma vez que passaram a ser um gasto diretamente atribuível na construção do imóvel.

### 6. Propriedade para investimento

O valor de custo desses ativos é representado por:

	<u>Terreno</u>	<u>Edificação</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	8.635	7.727	-	16.362
Adições	93	13.932	-	14.025
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	8.728	21.659	-	30.387
Adições	-	9.289	-	9.289
Depreciação	-	-	(298)	(298)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<u>8.728</u>	<u>30.948</u>	<u>(298)</u>	<u>39.378</u>

Propriedade para investimento corresponde ao valor de terreno e edificação do prédio construído para operações residenciais e/ou comerciais. Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento pelo método de custo, ou seja, ao custo histórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os estudos da Companhia não apresentam necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo da propriedade para investimento é de R\$58.571 (R\$43.569 em 2021), conforme metodologia descrita a seguir:

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 6. Propriedade para investimento--Continuação

#### Mensuração do valor justo

##### i) *Hierarquia do valor justo*

O valor justo da propriedade para investimento foi determinada por um avaliador imobiliário interno, independente ao processo da elaboração das demonstrações financeiras e com qualificação profissional adequada para esta mensuração.

A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como Nível 3.

##### ii) *Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk-Weighted Development Profit Recognition Methodology; "PR")*

Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado para os ativos em desenvolvimento. A metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de valor de venda do ativo na entrega e os custos de aquisição / desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de planejamento / desenvolvimento conforme os riscos associados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento de cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor na entrega estimado e comparando esse valor resultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida do projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto.

### 7. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores (i)	<u>131</u>	<u>897</u>
	<u>131</u>	<u>897</u>

i) Fornecedores referem-se a serviços de consultoria jurídica e outros prestadores de serviços.

### 8. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações fiscais	<u>18</u>	<u>6</u>
	<u>18</u>	<u>6</u>

Obrigações fiscais referem-se a ISS a recolher, PIS, COFINS, IRRF e CSRF a recolher.

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 9. Outras obrigações

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outras obrigações	<u>988</u>	<u>988</u>
	<u>988</u>	<u>988</u>

Referem-se a parcelas em aberto decorrente de compra a prazo de terreno. Conforme “Escritura de Novação e Confissão de Dívida com Promessa de Dação em Pagamento de Unidades Autônomas” assinada entre a Companhia e os vendedores do terreno, que prevê o pagamento em dação de vagas de garagem quando o empreendimento for concluído. Esse montante não possui atualização, a Escritura prevê um valor fixado por vagas e será pago mediante a conclusão da obra na propriedade para investimento adquirida.

### 10. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$39.578, representado por 39.578.208 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$39.578 (R\$23.012 em 2021).

<u>Sócios</u>	<u>Quantidade de Ações</u>
Evergreen Fundo de Investimentos em Participações - Multiestratégia	<u>39.577.208</u>
Pessoa física	<u>1.000</u>
	<u>39.578.208</u>

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 07 de abril de 2021, foi aprovada o aumento de capital social no montante de R\$25.436 que corresponde a 25.436.334 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo o valor de R\$8.870 integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital e o restante em até 24 meses conforme chamadas de capital nos termos do Boletim de Subscrição.

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 10. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía saldos em Reserva Legal devido a apuração de prejuízo no exercício.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contas da data de sua declaração, exceto se a Assembleia Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia. O eventual excedente do lucro líquido será distribuído de acordo com a política de distribuição da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que possui prejuízo.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamento para futuro aumento de capital refere-se a aportes efetuados pela Sócia Evergreen Fundo de Investimentos em Participações – Multiestratégia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$9.816 a título de AFAC (R\$15.401 em 2021), totalizando no final do exercício o valor de R\$2.381 (R\$9.131 em 2021), que serão integralizados em ações da sociedade durante o exercício de 2023, convertidos em quantidade fixas de ações, no valor de R\$1 (um real) por ação.

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 11. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em circulação durante o exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas	(1.271)	(442)
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	39.578.208	23.011.874
Prejuízo por ação – básico e diluído (em reais - R\$)	<u>(0,0321)</u>	<u>(0,0192)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía ações ordinárias com potencial dilutivo.

### 12. Receita líquida

Representada substancialmente pela receita de aluguéis residenciais. A reconciliação da receita bruta para receita líquida segue abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de aluguéis	508	-
Receita de IPTU	16	-
Linearização de receita de aluguéis	64	-
Taxa condominial	71	-
Receita de multas contratuais	1	-
Tributos incidentes sobre a operação (PIS e COFINS)	(48)	-
Receita líquida	<u>612</u>	<u>-</u>

### 13. Despesas gerais e administrativas

Representadas principalmente por serviços tomados de terceiros (despesas com assessoria contábil, assessoria jurídica, auditoria e consultoria, serviços de assessoria em informática, dentre outros), tributos (despesas com tributos imobiliários municipais "IPTU"). As demais despesas são compostas por diversos itens como energia elétrica, água e esgoto, aluguéis de imóveis residenciais e/ou comerciais, dentre outros menos relevantes em termos absolutos.

	31/12/2022			31/12/2021
	Custos dos aluguéis	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas gerais e administrativas
Ocupação	(137)	(98)	(235)	-
Utilidades e serviços	-	(184)	(184)	(47)
Despesas com pessoal	-	(415)	(415)	(154)
Telecomunicações	-	-	-	(4)
Serviços tomados de terceiros	-	(163)	(163)	(187)
Propaganda e marketing	-	(165)	(165)	-
Tributos	-	(194)	(194)	(30)
Depreciação	(297)	-	(297)	-
Outras despesas	-	(161)	(161)	(10)
	<u>(434)</u>	<u>(1.380)</u>	<u>(1.814)</u>	<u>(432)</u>

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 14. Instrumentos financeiros

#### a) Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da classificação como custo amortizado.

Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Classificação de acordo com o CPC 48</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.424	1.209	Custo amortizado
Clientes	64	-	Custo amortizado

  

<u>Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Classificação de acordo com o CPC 48</u>
Fornecedores	131	897	Custo amortizado

#### b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não designou derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não possuía saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas.

#### c) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.

### 15. Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

## REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 15. Gestão de riscos--Continuação

a) Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da Companhia.

i) *Risco de taxa de juros*

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos dos instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía saldo com clientes em aberto.

c) Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que, uma vez em fase operacional, a abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros, e ainda conta com a disposição dos cotistas para futuros aportes quando necessário.

d) Risco operacional

Em virtude das receitas da Companhia serem diretamente relacionadas à capacidade de locar os espaços de seus empreendimentos, a Companhia monitora periodicamente suas condições operacionais de modo a antecipar possíveis impactos. Para isso, na manutenção de seus empreendimentos, Companhias especializadas com notória qualificação operacional são contratadas para acompanhamento das possíveis obras e melhorias de modo a ter garantido a condição adequada do imóvel. Ainda, em caso de incêndio a Companhia tem seguro para seu empreendimento.

## **REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **16. Partes relacionadas**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía saldos com partes relacionadas.

### **17. Contingências**

A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma provisão ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### **18. Seguros**

A Companhia possui um seguro de responsabilidade civil com cobertura de R\$20.353, com vigência compreendida entre 19/01/2023 a 19/01/2024.

### **19. Outras informações**

#### Impactos da COVID-19 (Coronavírus)

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios no exercício de 2022, e concluiu que não existem riscos substanciais que pudessem afetar o curso normal de suas operações durante o referido ano, uma vez que o setor de construção é setor essencial neste momento da economia, vide decreto <sup>o</sup> 10.344, de 11 de maio de 2020 (atividades da construção civil), logo os prestadores continuaram as atividades normalmente. É importante constar que a Administração da Companhia está constantemente revisitando e acompanhando de perto os riscos para o negócio, assim como seus eventuais impactos.